

**XXVII ENCONTRO NACIONAL DO
CONPEDI SALVADOR – BA**

DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO II

EDSON RICARDO SALEME

FERNANDA LUIZA FONTOURA DE MEDEIROS

LITON LANES PILAU SOBRINHO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuriçuba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul) Prof.

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

D597

Direito ambiental e socioambientalismo II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UFBA

Coordenadores: Edson Ricardo Saleme; Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros; Liton Lanes Pilau Sobrinho – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-590-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Cidade Sustentável e Diversidade Cultural

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Salvador, Brasil).

CDU: 34



XXVII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI SALVADOR – BA DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO II

Apresentação

Esta publicação é o resultado de um conjunto de artigos científicos apresentados no XXVII Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI) SALVADOR - BAHIA, no GT “DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO II”. Vale registrar que esses eventos vêm se convertendo em momentos fundamentais na difusão de trabalhos de grande polêmica, das correntes jurisprudenciais, de conhecimentos técnicos, tradicionais e científicos e também de experiências no âmbito jusambientalista, merecendo destaque o rigor acadêmico de todos os que participam da coletânea.

Os trabalhos defendidos no GT “DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO II” mostraram-se conectados por um fio condutor: a busca pela sustentabilidade com as posturas impostas pelos tempos atuais, com o objetivo de transformação de institutos jurídicos amoldados e sintonizados com as necessidades atuais de defesa do ambiente.

Os trabalhos aprovados exploraram temas relevantes que ocorrem na atualidade e os desafios do Estado Democrático de Direito em face da cidadania e do desenvolvimento sustentável. Considerando a extensão do tema, o grupo de trabalho de Direito Ambiental e Socioambientalismo II, ao qual participamos como coordenadores da mesa, concentrou sua abordagem em aspectos relacionados à sustentabilidade, à biodiversidade, da função social da propriedade e como pode servir aos propósitos e aos reflexos jurídicos e sociais que dele se emanam.

Nessa perspectiva, foram contemplados, sob a ótica do Grupo de Trabalhos, temas referentes à sustentabilidade, na suas mais distintas acepções, aos refugiados ambientais, aos conhecimentos tradicionais e seus marcos regulatórios, o princípio da sustentabilidade nas licitações travadas pela Administração Pública, a questão dos danos extrapatrimoniais coletivos durante as eleições e a responsabilização civil ambiental dos sujeitos eleitorais, problemas sobre a crise hídrica no País, a biodiversidade sustentável e o desenvolvimento sustentável como meio de proteção à paisagem, e, ainda, uma análise acerca dos vinte anos de Lei de Crimes Ambientais e sua aplicação como fórmula de proteção e repressão aos danos ambientais.

Representado o maior evento de pesquisa jurídica do Brasil, o CONPEDI objetiva estimular a temas controversos e a quebra de paradigmas relacionados aos mais diversos assuntos entre

especialistas, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores com a oportunidade para que todos manifestem suas reflexões e opiniões.

Observa-se, assim, que os artigos versam sobre assuntos que se relacionam à própria existência das presentes e futuras gerações, tal como preconiza o art. 225 de nossa Constituição, demonstrando a importância das produções científicas aqui apresentadas e, sobretudo, do debate acerca de demandas diretamente relacionadas à vida humana, sustentabilidade e todos os mecanismos dispostos na lei para a proteção do ambiente.

Desejamos uma ótima leitura a todos/as!

Profa. Dra. Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros – UNILASALLE

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/UNIVALI

Prof. Dr. Edson Ricardo Saleme - UNISANTOS

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**A SUSTENTABILIDADE E A HUMANIZAÇÃO DA ECONOMIA: CAMINHO
PARA UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA**

**SUSTAINABILITY AND THE HUMANIZATION OF THE ECONOMY: THE WAY
FOR A NEW ECONOMIC ORDER**

Sonia Aparecida de Carvalho ¹
Rogério da Silva ²

Resumo

O objetivo geral do artigo propõe investigar, a sustentabilidade e a humanização da economia como um caminho para uma nova ordem econômica. Os objetivos específicos propõem pesquisar a importância da sustentabilidade, o destino da humanidade e o futuro das presentes e futuras gerações. Estudar o capital natural como novo sistema industrial e econômico fundamentado no valor do capitalismo e no valor dos recursos naturais. Analisar a humanização da economia como um caminho para uma nova ordem econômica, baseado na interação mútua da atividade humana e da atividade econômica. No artigo, utilizou o método indutivo e a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Humanização, Economia, Capitalismo, Ordem econômica

Abstract/Resumen/Résumé

The objective proposes to investigate, the sustainability and the humanization of the economy as a way for a new economic order. The objectives propose to research the importance of sustainability, the destiny of humanity and the future of present and future generations. To study natural capital as a new industrial and economic system based on the value of capitalism and the value of natural resources. Analyze the humanization of the economy as a path to a new economic order, based on the mutual interaction of human activity and economic activity. He used the inductive method and the bibliographic search.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Sustainability, Humanization, Economy, Capitalism, Economic order

¹ Doutora em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Doctora en Derecho pela Universidad de Alicante- Espanha. Professora no curso de Direito da UPF.

² Doutor em Direito pela UNISC. Professor no PPGD Mestrado e Diretor da Faculdade de Direito da UPF.

1 INTRODUÇÃO

O artigo objetiva investigar a sustentabilidade e a humanização da economia como caminho para uma nova atividade econômica. Nessa perspectiva, o objeto do artigo propõe questionar a possibilidade de humanizar a atividade econômica, baseado na relação mútua da natureza, sociedade e economia.

Inicialmente, o artigo divide-se em três etapas; a primeira etapa pesquisa a importância da sustentabilidade e o destino da humanidade; o futuro das presentes e futuras gerações diante dos efeitos da crise mundial social, econômica, política, ambiental e ecológica.

Posteriormente, a segunda etapa estuda o capital natural como novo sistema industrial e econômico baseado no novo valor do capitalismo; o valor dos recursos naturais e dos serviços do ecossistema ante a atividade econômica.

E finalmente, a terceira etapa analisa a humanização da economia como um caminho para uma nova ordem econômica, baseado na ligação do ser humano ou sociedade e da natureza ou biosfera; na interação mútua da atividade humana e da atividade econômica.

Por fim, na investigação do artigo, utilizou-se o método indutivo, instrumentalizado com as técnicas do referente, da categoria, do conceito operacional e da pesquisa bibliográfica (PASOLD, 2011, p. 25 a 105).

2 A SUSTENTABILIDADE E O DESTINO DA HUMANIDADE

A humanidade vive uma crise ambiental e ecológica mundial e, que a atividade humana irresponsável pode produzir danos irreparáveis e irreversíveis à biosfera e destruir as condições de vida dos seres humanos e dos seres vivos. Em razão da crise ecológica mundial, Boff (2009, p. 15 *apud* CARVALHO, 2017, p. 73) afirma que “vivemos sob uma grave ameaça de desequilíbrio ecológico que poderá afetar a Terra como sistema integrador de sistemas”, atingindo gravemente todos os demais organismos vivos. Segundo explica Bernardin (2015, p. 391-393 *apud* CARVALHO, 2017, p. 72), a crise ambiental e ecológica “não é apenas global, mas também sistêmica,

afetando todas as dimensões da nossa existência”. Ainda, comenta que “o nosso sistema ecológico está sujeito a terríveis ameaças, como se ele fosse esmagado pela superfície dura de uma civilização cuja aceleração escapou de qualquer controle” e domínio.

A crise ambiental e ecológica é uma crise civilizatória, no sentido de “colocar em risco não apenas a biodiversidade do planeta Terra, mas a vida humana” (LEFF, 2010, p. 82-83 *apud* CARVALHO, 2017, p. 72) e a vida de todos os seres vivos. Também, a crise ambiental é uma crise de saberes e de racionalidade ambiental, no sentido de perceber a relação de conhecimento com o pensamento humano e um modo de pensar o mundo, o ser das coisas e o próprio ser humano (LEFF, 2010, p. 83 *apud* CARVALHO, 2017, p. 72).

Os problemas e desequilíbrios ecológicos e ambientais do mundo moderno convivem com o homem ao mesmo tempo. O mundo contemporâneo está diante de um sentimento de angústia, de um mal estar da cultura, está prisioneiro da ansiedade causada pela implicação do próprio modelo civilizatório. O homem alcançou um enorme domínio sobre a natureza que, atualmente, se tornou difícil, perceber a sua relação com o meio natural, causando a sua inquietação, mal estar e angústia (WALDMAN, 2006, p. 125-126 *apud* CARVALHO, 2017, p. 72).

O ser humano interfere na evolução biológica e cultural do planeta Terra, em escala global. Nesse sentido, Ribeiro (2013, p. 52 *apud* CARVALHO, p. 80) alega que “o ser humano tornou-se o gestor e indutor da evolução, que será influenciada por suas ações, por suas atitudes e comportamentos individuais ou coletivos”. Consequentemente, com sua capacidade de conhecimento de aprender como funciona a natureza, o ser humano é agente preservador e restaurador do ambiente, em razão de que o ser humano integra o mundo natural e compartilha uma base ecológica com as demais espécies.

A preocupação e a percepção ecológica impõem a ideia do desenvolvimento de uma nova civilização, pois para Bernardin (2015, p. 390 *apud* CARVALHO, 2017, p. 73) a “civilização atual, baseada nos imperativos industriais, na exploração descontrolada do homem e dos recursos naturais [...] esgotou-se em si mesma”. É necessário escolher uma nova direção para o desenvolvimento e a produção global, de optar por uma nova civilização, sobretudo, porque “está civilização garantirá a harmonia e uma coexistência criativa entre o homem e o resto da natureza” (BERNARDIN, 2015, p. 390 *apud* CARVALHO, 2017, p. 73). Além disso, é preciso uma mudança de

civilização e uma modificação de pensar na relação do ser humano com o meio ambiente, “para permitir a instauração de um novo equilíbrio no nosso sistema de civilização” (BERNARDIN, 2015, p. 393-393 *apud* CARVALHO, p. 73). Também, é necessária “uma mudança de civilização, novos valores e um novo modo de vida, [...] para superar a crise ecológica” e ambiental global.

A escassez de recursos naturais e a degradação do meio ambiente interligam-se com a economia, gerando um colapso enorme no planeta Terra, ocasionando uma crise de percepção. A crise de percepção surge no momento em que o ser humano desconhece que na natureza tudo se encontra interligado e dependente, consistindo um processo sistêmico. O comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do comportamento de muitos outros; do mesmo modo, a interdependência ecológica significa entender as relações entre os sistemas.

Consequentemente, Dupas (2006, p. 224 *apud* CARVALHO, 2017, p. 80) afirma que “nos últimos cinquenta anos, as novas tecnologias e o desenvolvimento industrial decorrente alteraram muito mais profunda e rapidamente os tênues equilíbrios dos ecossistemas que sustentam a vida sobre a Terra”. A presença do ser humano é essencial para configurar o meio ambiente, porquanto “o meio ambiente resulta da interação da espécie humana com os ecossistemas naturais e com os artefatos e os objetos criados pelo próprio homem” (RIBEIRO, 2013, p. 18 *apud* CARVALHO, 2017, p. 80). No entanto, a interação da espécie humana com as espécies naturais tem a capacidade de transformar o ecossistema do planeta Terra.

Os seres humanos precisam estender a empatia aos seus semelhantes e expandir a consciência humana às outras espécies vivas. A consciência empática global precisa reconhecer que a extinção da espécie humana é causada pela evolução das organizações sociais e econômicas. A humanidade está em direção a uma consciência da biosfera, está a caminho de um mundo que enfrenta a ameaça de extinção mundial (RIFKIN, 2010, p. 35 *apud* CARVALHO, 2017, p. 87).

O desenvolvimento da espécie empática apresenta implicações intensas para a sociedade, desse modo, a evolução da natureza humana e da civilização empática necessita da consciência para alcançar a empatia global e evitar o colapso da civilização no mundo em crise. A empatia evoluiu na sociedade moderna, pois sentir empatia é tornar-se civilizado. A percepção de que o ser humano é uma espécie solidária e que ele está interconectado com a biosfera é a base para a humanização da economia.

Nos últimos séculos, a relação da sustentabilidade social, ambiental e ecológica com os seres humanos está baseada pelo individualismo. Nesse sentido, Boff (2009, p. 16) esclarece que a relação dos seres humanos com a natureza, “nos últimos séculos, entretiveram com a Terra e seus recursos uma relação de domínio, de não reconhecimento de sua alteridade” e de falta de cuidado com o meio ambiente natural. O reconhecimento de sua alteridade é a concepção que todo o ser humano social interage e interdepende do outro, já que o homem como ser individualista só pode existir através de interação com o outro ser humano.

Além disso, os seres humanos, “habitantes do mesmo planeta, que agora se descobrem como espécie, interdependentes, vivendo numa mesma casa e com um destino comum” (BOFF, 2009, p. 29), entendem que para viverem no planeta Terra, precisam criar um consenso mínimo entre os humanos. É necessário preservar a casa comum e garantir o destino das presentes e futuras gerações. O destino da humanidade depende um consenso mínimo entre os humanos, de um pacto ético, com capacidade de unir os seres humanos por meio de valores essenciais à vida e o respeito à natureza.

Nesse sentido, na natureza tudo estão conectados, assim como todos os componentes físicos, químicos e biológicos do planeta Terra, também estão relacionadas todas as espécies vivas. Deste modo, Francisco (2015, p. 113 *apud* CARVALHO, 2017, p. 90) reafirma que “como os vários componentes do planeta Terra, físico, químico e biológico, estão relacionados entre si”, igualmente as espécies vivas formam uma rede de relações. Desse modo, há uma relação entre a natureza e a sociedade que o habita, pois o meio ambiente é a nossa casa comum, o que impede o ser humano de considerar a natureza como algo separado da sociedade.

Desse modo, o ser humano é parte dependente da natureza ou meio ambiente, pois as crises ecológica, ambiental e social devem ser analisadas de forma integral, considerando as inter-relações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma crise socioambiental única, sistêmica e multidimensional, ligado a outra, a uma crise socioeconômica (FRANCISCO, 2015, p. 113 – 114 *apud* CARVALHO, 2017, p. 90).

A crise ambiental e ecológica surgiu a partir do momento em que o ser humano passou a se considerar em um plano isolado, sem qualquer interdependência em relação aos recursos naturais. Leff (2011, p. 9 *apud* CARVALHO, 2017, p. 83) explica que “a degradação ambiental, o risco do colapso ecológico, a globalização e o avanço da

desigualdade e da pobreza são reflexos da crise do mundo globalizado”. Nesse contexto, a crise ecológica corresponde a um conflito do vínculo e do limite, pois o ser humano não consegue discernir o que os liga à vida e à natureza, tampouco consegue determinar o que à vida e à natureza os distinguem no planeta Terra.

A crise ambiental e ecológica é um conflito do vínculo e do limite, uma crise de relação do ser humano e da natureza. Consequentemente, “enquanto o ser humano não for capaz de descobrir o que o distingue e o que o liga à natureza, os esforços para a proteção da natureza serão em vão”. O vínculo é o que liga e obriga, é a parte ligada, a própria alteridade (OST, 1995, p. 9). A natureza-sujeito não consegue distinguir a natureza-objeto, por meio do vínculo e do limite que caracteriza a relação do ser humano com a natureza.

Atinente o vínculo e o limite do modelo de natureza-sujeito, Diegues (2008, p. 46 *apud* CARVALHO, 2017) assevera que a concepção da ecologia profunda, “a vida humana e não humana tem valores intrínsecos, independentes do utilitarismo”, pois os humanos não têm o direito de degradar e poluir a natureza e os recursos naturais, de aniquilar o mundo natural e ignorar os problemas ambientais e ecológicos. A ecologia profunda considera uma concepção mais ampla de natureza e da relação da humanidade com o mundo natural. Também, considera o equilíbrio e a integridade da biosfera como um fim em si mesmo e a definição integradora de sustentabilidade (DIEGUES, 2008, p. 48 *apud* CARVALHO, 2017).

A definição de sustentabilidade é incompatível com o desenvolvimento do sistema econômico que produz o modelo capitalista e a degradação ou destruição ambiental. A sustentabilidade e o desenvolvimento econômico-social deve ser compatível com a preservação e proteção do equilíbrio ecológico. Desse modo, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável baseiam-se nos aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e ecológicos, pois:

A necessidade de transição para um estilo de desenvolvimento sustentável implica uma mudança no próprio modelo de civilização hoje dominante, particularmente no que se refere ao padrão de articulação sociedade e natureza. [...] aonde o ser humano volte a ser parte, antes de estar a parte da natureza (GUILHERME, 2007, p. 40).

Portanto, a sustentabilidade não abrange apenas a natureza ou meio ambienteobjeto, ela abrange também, a economia e o ser humano-sujeito. Trata-se de

uma visão sistêmica que considera o planeta um sistema de inter-relações da humanidade entre si e com o meio. A relação economia, natureza ou meio ambiente-objeto e ser humano-sujeito é sistêmica, pois o caminho para alcançar a sustentabilidade e a preservação da humanidade é um só e depende do equilíbrio econômico, social, ambiental e ecológico.

3 O CAPITALISMO NATURAL COMO NOVO SISTEMA INDUSTRIAL E ECONÔMICO

O ser humano transforma a natureza e utiliza os recursos naturais desde sua aparição sobre a Terra, e dela retira recursos para a sua sobrevivência. Igualmente, o conflito entre o ser humano e a natureza existe desde que aquele surgiu no planeta Terra, em decorrência da necessidade de adequação do meio ambiente às suas necessidades. Este conflito foi se agravando com o advento dos padrões de produção e desenvolvimento, o que caracterizou um modelo de apropriação dos recursos naturais. A natureza é o recurso natural a ser apropriado, e o ser humano é sujeito apartado do objeto a ser apropriado. Considera-se o sujeito como elemento social e o objeto como elemento natural. Significa que o meio ambiente é um conceito que deriva do ser humano, a que o mesmo está ligado, porém, o ser humano não o integra (DERANI, 2008, p. 52 *apud* CARVALHO, 2017, p. 81).

Dessa maneira, Carson (2010, p. 83 *apud* CARVALHO, 2017, p. 82) descreve que “à medida que o ser humano avança rumo ao seu objetivo proclamado de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições, dirigidas não só contra a Terra em que ele habita como também contra os seres vivos que a compartilham com ele”. Consequentemente, essas destruições causadas ao meio ambiente e ao ser humano, destroem todas as formas de vida biótica e abiótica existente no planeta Terra e causam a crise ambiental global.

A crise ambiental global impõe uma situação de limite, porque “a vida do planeta Terra está ameaçada de desaparecer, de continuar tal qual o progresso científicotecnológico”.¹ Todos os sistemas naturais, dos quais depende a sobrevivência dos seres humanos e dos seres vivos, estão sendo alterados pelas atividades humanas. A crise ambiental global é um colapso provocado pelas ações humanas. Desse modo, a

¹ Tradução livre do trecho: “la vida del planeta Tierra está amenazada de desaparecer, de continuar tal cual el progreso científico-tecnológico” (SAAVEDRA, 2014, p. 19-20).

humanidade vive um período de crise ambiental e ecológica, que coloca em perigo própria espécie humana na Terra e aniquila a biosfera.

A destruição e degradação dos recursos naturais, assim como a poluição, tem alcançado uma magnitude desde a Revolução Industrial que não só está afetando seriamente as opções do crescimento econômico para o futuro, mas também, a qualidade de vida da população no presente. Globalmente é a própria sobrevivência humana que está ameaçada. [...] A crise ambiental de nosso tempo é uma emergência real do sistema Terra como um todo para ser manipulado pela humanidade [...]. A humanidade está numa encruzilhada que ameaça a sua própria sobrevivência como espécie.²³

Os processos geoquímicos da Terra interagem com os sistemas biológicos para manter as condições adequadas que perpetuam a vida na Terra. Os complexos fluxos de retroalimentação da biosfera da Terra asseguram a harmonia do sistema como um todo. Conforme entende Rifkin (2012, p. 104) “a biosfera da Terra funciona como um organismo indivisível, pois a vida humana, a espécie como um todo e todas as demais formas de vida se relacionam entre si e com a geoquímica do planeta em uma relação simbiótica complexa”. O ser humano precisa viver em uma relação simbiótica na Terra, para promover o bem estar da biosfera e do ecossistema.

Nessa acepção, uma nova visão científica do mundo está surgindo, uma ciência holística e integrada da biosfera, pois a velha visão científica de natureza está caracterizada como objeto de utilização, transformação e produção e, a nova visão científica está caracterizada pela reposição, integração e holismo das espécies e de natureza sustentável. O valor utilitário da natureza está sendo substituído pelo seu valor intrínseco (RIFKIN, 2012, p. 244). Assim, “todos os organismos biológicos estão interagindo continuamente com os processos geoquímicos para manter uma condição homeostática favorável a perpetuação da biosfera e a preservação da vida no planeta Terra” (RIFKIN, 2012, p. 244).

A Revolução Industrial ocorrida no século XVIII e que deu origem ao capitalismo moderno expandiu o desenvolvimento material da humanidade. Os sistemas

² Tradução livre do trecho: “La destrucción y degradación de recursos naturales, así como la contaminación, ha alcanzado una magnitud tal desde la Revolución Industrial que no sólo está afectando seriamente las opciones de crecimiento económico futuro, sino también la calidad de vida de la población en el presente. A nivel global es la propia supervivencia humana la que está amenazada. [...] La crisis ambiental de nuestro tiempo es una verdadera emergencia del sistema Tierra en su conjunto al ser manipulado por la Humanidad [...]. La Humanidad se encuentra en una encrucijada que pone en peligro su propia supervivencia como especie” (SAAVEDRA, 2014, p. 21-

³ *apud* CARVALHO, p. 81).

industriais se desenvolveram baseado na acumulação de capital produzido pelo homem ou ser humano. O capital natural, do qual depende o progresso econômico e o desenvolvimento da civilização está se esgotando e deteriorando, em curto prazo. O capital natural compreende todos os recursos naturais usados pela humanidade, mas também abrange sistemas vivos, que estão se deteriorando em todo o mundo, de forma acelerada (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007, p. 2).

O capitalismo natural reconhece a interdependência fundamental entre a produção e o uso do capital produzido pelo homem/ser humano, por um lado, e a conservação e o fornecimento do capital natural, por outro lado, [...] o capital natural se define como a riqueza acumulada na forma de investimentos, fábricas e equipamento (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007, p. 3).

O capitalismo natural atribui valor monetário ao estoque de capital, institui valor aos recursos naturais e aos serviços do ecossistema que possibilitam toda a atividade econômica e o desenvolvimento da própria vida. O capitalismo natural promove a economia de bens e o fluxo contínuo de valor e serviço, investindo na conservação e expansão de estoques de capital natural. A economia requer quatro tipos de capital natural para transformar os recursos e o progresso social, econômico e ambiental.

O capital humano, na forma de trabalho, cultura e organização; o capital financeiro, que consiste em dinheiro, investimentos e instrumentos monetários; o capital manufaturado, inclusive a infraestrutura, as máquinas, as ferramentas e as fábricas; e o capital natural, constituído de recursos, sistemas vivos e os serviços do ecossistema (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007, p. 4).

O capital natural é um novo sistema industrial e econômico que se baseia no novo valor do capitalismo. O progresso econômico que favorece condições dos sistemas de produção e distribuição de mercado; e no crescimento da produção do Produto Interno Bruto (PIB) das nações que maximiza o bem estar social e humano. Desse modo, o capitalismo natural é o novo sistema industrial e econômico institui importância aos sistemas vivos (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007, p. 6).

O meio ambiente não é um fator de produção sem importância, mas um invólucro que contém, abastece e sustenta o conjunto da economia. [...] A sustentabilidade econômica e ambiental depende da superação das desigualdades globais de renda e bem estar material (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007, p. 8-9).

A natureza é um fator da economia mediante suporte de bens e serviços. Os bens e serviços da natureza denominados como capital natural proporciona aos ecossistemas vida a todos os seres vivos e recursos naturais para a economia do mundo. Os sistemas vivos são fornecedores de componentes indispensáveis à vida do planeta Terra, e atualmente o capital natural não está conseguindo atender o fluxo de produção industrial. A economia deve reduzir a deterioração ambiental e promover o desenvolvimento econômico e social, pois os sistemas industriais modificam a utilização dos recursos naturais.

O investimento no capital natural reverte mundialmente a destruição do planeta Terra mediante investimentos na sustentação, na restauração dos estoques de capital natural, de modo que a biosfera possa produzir serviços mais abundantes de ecossistema e mais recursos naturais (HAWKEN; LOVINS; LOVINS, 2007, p. 10).

A natureza e a economia se humanizam e o ser humano se naturaliza, porquanto a troca de material é uma relação do valor de uso, desse modo, a natureza entra em relação com os seres humanos. “O fato de o ser humano viver na natureza tem um sentido biológico, mas também tem um sentido social” (BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 19), pois todas as relações sociais estão mediadas pelos valores naturais e pela atividade econômica. Deste modo, a relação do ser humano com a natureza é uma interação mútua, porque “o homem enforma a natureza ao mesmo tempo em que esta o enforma” (BERNARDES; FERREIRA, 2009, p. 19), e há uma interação orgânica biológica e uma relação mútua entre sociedade, natureza e economia.

A sociedade moderna vive uma crise profunda, complexa e multidimensional, que afeta todos os níveis da vida dos seres humanos, da qualidade de vida dos seres vivos, da qualidade do ambiente e das relações sociais. A crise profunda promove mudanças nas estruturas e instituições sociais, em conjunto com novos valores e processos sustentáveis. Os padrões sustentáveis de desenvolvimento e produção precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da própria natureza. Afinal, todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa extensa rede de relações, bem como à interdependência ecológica. O comportamento de cada ser vivo do ecossistema depende dos outros seres vivos na teia da vida (CAPRA, 2006, p. 25 *apud* CARVALHO, 2017, p. 75).

Também, o reconhecimento de mudança de percepção centra-se na mudança de paradigma, que o ser humano possui em relação ao meio ambiente em que vive, pois o ser humano vive adequado dentro dos processos cíclicos da natureza, sendo dependente e interdependente desses processos. É preciso mudar a forma como se vislumbra o mundo para uma percepção ecológica e holística do mundo. O novo paradigma pretende proporcionar uma visão de mundo holística, de mundo como um todo integrado, também podendo ser entendida como uma visão ecológica. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, percebe o mundo não como uma coleção de partes isolada, mas como uma rede de fenômenos que estão interconectados e são interdependentes (CAPRA, 2006, p. 25-26 *apud* CARVALHO, p. 75).

A natureza cíclica dos processos ecológicos é um importante princípio da ecologia. [...] Um dos principais desacordos entre a economia e a ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto que nossos sistemas industriais são lineares. [...] Os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza (CAPRA, 2006, p. 232 *apud* CARVALHO, 2017, p. 75).

A sustentabilidade consiste na capacidade da humanidade de continuar viver em um futuro de longo prazo. A sustentabilidade ambiental e ecológica visa à finalidade de preservação do potencial da natureza para a produção de recursos naturais, de limitação do uso de recursos e do respeito e a capacidade de regeneração dos ecossistemas naturais (MATIAS, 2014, p. 56). A sustentabilidade é um paradigma civilizatório das sociedades contemporâneas, é um modelo de desenvolvimento econômico e social, a base da relação meio ambiente e desenvolvimento sustentável e o suporte dos processos econômicos e sociais, da civilização industrial.

A sustentabilidade é a capacidade ou a habilidade de um sistema ecológico, econômico e social para manter funcionando indefinidamente, sem diminuir o esgotamento irreversível dos recursos. [...] A sustentabilidade é ligada à capacidade de suporte de um determinado ambiente para absorver o impacto das sociedades humanas e sustentar indefinidamente todas as formas e processos ecológicos, econômicos e sociais.⁴

⁴ Tradução livre do trecho: “La sostenibilidad es la capacidad o habilidad de un sistema ecológico, económico o social para seguir funcionando de forma indefinida, sin la disminución o agotamiento irreversible de los recursos. [...] ligada a la capacidad de soporte de un determinado ambiente para absorber el impacto de las sociedades humanas y sostener indefinidamente todas las formas y procesos ecológicos, económicos y sociales” (PLATA, 2010, p. 619).

Desse modo, ela constitui a base de processos econômicos e sociais e a capacidade de sustentar os sistemas naturais. A sustentabilidade significa o respeito ao estoque de um determinado bem natural, como também a legitimação de um novo valor que determina o presente e o futuro da humanidade.

Sustentabilidade é toda a ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres vivos, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2012, p. 107 *apud* CARVALHO, 2017, p. 57).

A sustentabilidade visa à finalidade do bem comum da Terra e da humanidade, no sentido de proteção da vitalidade e integridade do planeta Terra e de garantia da continuidade de nossa civilização. Consequentemente, a sustentabilidade significa sustentar todas as condições necessárias para a manutenção dos seres vivos, sustentar especialmente a Terra viva, sustentar a comunidade de vida que dentro da qual vive e convive o ser humano. A definição holística, sistêmica, integradora e ampliada de sustentabilidade protege toda a teia da vida.

4 A HUMANIZAÇÃO DA ECONOMIA: EM BUSCA DE UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA

O sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica que a sociedade está organizada. Até o início do século XX prevaleceu o liberalismo econômico. Esse sistema não havia a intervenção do Estado na atividade econômica, somente a valoração do mercado. A partir do início dos anos 80 e 90, surgiu o neoliberalismo econômico. Esse sistema houve a valoração do mercado e o afastamento da intervenção do Estado na atividade econômica, causado pelo processo da globalização.

Atualmente, o mundo vive uma crise de humanidade, pois a globalização ligada ao desenvolvimento produz um colapso social, econômica e ambiental, o qual conduz a humanidade a prováveis catástrofes globais. Morin (2015, p. 33) declara que “a enorme crise planetária é a crise da humanidade que não consegue atingir o estado de humanidade.” A humanidade coloca em risco seu próprio bem-estar com a exploração

excessiva dos recursos naturais, como também, colocam em perigo as economias, os meios de subsistência e a qualidade de vida das pessoas em todas as partes do mundo.

Desse modo, Morin (2015, p. 152) alega que “a expansão incontrolada da economia liberal gera pobreza e miséria e, no mundo inteiro,” o Estado em declínio torna-se ineficaz e perde o poder de domínio para o capitalismo. A economia não deve ser um fim, mas deve ser um meio de ação do ser humano. Humanizar a economia significa “reinsere a economia no social, no cultural, no humano, o que significa, fundamentalmente, colocar a economia em seu devido lugar como meio, e não como fim último da atividade humana” (MORIN, 2015, p. 155). A humanização da economia é um processo de interação da ação humana e da atividade econômica. Esse processo de influência mútua do ser humano e da economia é ligado aos fatores econômicos, sociais e políticos.

A economia é a ciência social que estuda como a sociedade utiliza os recursos naturais produtivos escassos, os fatores de produção como os recursos e o capital, a fim de atender as necessidades da coletividade. A atividade econômica tem a finalidade de satisfação das necessidades humanas. Assim, Maréchal (2000, p. 112) entende que “é na esfera humana que se situa a razão de ser da atividade econômica: a satisfação das necessidades humanas. [...] Ao constituir um subsistema da esfera humana e da biosfera, a economia não pode pretender regular estes dois últimos domínios”. Deste modo, toda a atividade econômica há um subsistema da esfera humana e da biosfera, a economia pode pretender regular estes dois últimos domínios. A economia é a ciência social a qual estuda como o indivíduo e a sociedade utilizam os recursos produtivos limitados na produção de bens e serviços, de forma que eles possam ser distribuídos na sociedade, com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas.

Consequentemente, a relação mútua entre o ser humano, natureza e a economia são indispensáveis, pois o processo de humanização é submeter toda a ação de desenvolvimento humano ao progresso da atividade econômica. O processo de humanização implica a evolução do ser humano, para aperfeiçoar as suas capacidades através da interação com o meio ambiente e a economia. Essa relação mútua entre o ser humano e a natureza, todos os seres vivos que habitam no meio ambiente natural são considerados um único sistema. Há uma ligação entre o planeta Terra, a biosfera e a humanidade. Trata-se de “entender a Terra como totalidade físico-química, biológica,

socioantropológica” (BOFF, 2009, p. 24) não havendo diferença entre Terra e humanidade, pois formam um todo orgânico e sistêmico.

A exploração e a utilização irresponsável da natureza ou de recursos naturais geram crise social, econômica, ambiental e ecológica. O planeta Terra integrador de diversos ecossistemas, sofre cada vez mais com a ação humana e com a atividade econômica, que provoca danos ecológicos irreparáveis e aniquila as condições de vida, inclusive gera danos a sua própria espécie. A ação humana e a atividade econômica de forma “irresponsável produzem danos irreparáveis a biosfera e destroem as condições de vida dos seres humanos”. Segundo assevera Boff (2009, p. 15 *apud* CARVALHO, 2017, p. 72), os seres humanos vivem “sob uma grave ameaça de desequilíbrio ecológico que afeta o planeta Terra como sistema integrador de sistemas” vivos e como teia da vida.

No mundo, a industrialização e a produção acumulada e o padrão de vida avaliada em bens ambientais aumentaram a economia global. Mas, atualmente a situação do capitalismo é instável, pois o modo criativo e destrutivo do capitalismo aumentou as desigualdades sociais e o extermínio do planeta Terra, especialmente da natureza ou do ambiente natural.

O chamado ambiente natural é objeto de transformação pela atividade humana. [...] A longa história de destruição criativa sobre a Terra produziu o que às vezes chamado de segunda natureza, a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou quase nada, da primeira natureza. [...] Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a Terra tem aumentado enormemente (HARVEY, 2011, p. 151).

A atividade econômica consiste em utilizar os recursos naturais e o meio ambiente e transformá-los em produtos e serviços de valor. A natureza e o meio ambiente só possui valor quando os seres humanos transformam em produtos e serviços. O processo econômico liga-se ao processo biológico na natureza, pois todas “as criaturas vivas são sistemas termodinâmicos em desequilíbrios” (RIFKIN, 2012, p. 219). As consequências termodinâmicas de converter os recursos da natureza ou do meio ambiente em sustento para o ser humano, em uma civilização e sociedade sistêmica, industrial e produtiva, representam as riquezas das nações e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) (RIFKIN, 2012, p. 219). O desenvolvimento das sociedades modernas e as consequências da globalização causam a crise social, econômica e

ambiental. Boff (2009, p. 15) entende que “a causa da crise social se prende à forma como as sociedades modernas se organizam no acesso, na produção e na distribuição dos bens da natureza” ou dos serviços ambientais.

A crise ambiental e ecológica provoca a degradação crescente da biosfera, que, por si mesma, provocará novas crises econômicas, sociais e políticas. A crise das sociedades decorre da mundialização causada pela economia liberal. Dessa forma, a globalização, simultaneamente une e desune o próprio colapso de civilização (MORIN, 2015, p. 24-25). A economia neoliberal causa, ao mesmo tempo, riquezas e pobreza ou miséria, gerando as desigualdades sociais e econômicas. A dominação do capitalismo desenfreado, ligado ao capital e voltado ao interesse financeiro, provocou a crise econômica. O capitalismo ligado à crise econômica se colocou acima do interesse da humanidade (MORIN, 2015, p. 34).

Segundo Bermejo (2005, p. 52) a finalidade da economia e da sustentabilidade é transformar o modo de produção e industrialização em um modo de economia humanista e sustentável. “La economía humana sólo puede ser un subsistema de la economía general de los materiales de la naturaleza”. A natureza tem um valor intrínseco independente de sua contribuição ao bem estar dos seres humanos. Os humanos são uma parte integral dos ecossistemas e as suas necessidades são as mesmas das demais espécies vivas, portanto, todos os seres vivos dependem dos processos cíclicos da natureza.

Consequentemente, a globalização provoca consequências econômicas, sociais e políticas, em escala planetária, e a individualização da sociedade mundial, como a riqueza local e a pobreza global, como também, o capitalismo provoca desigualdades sociais e econômicas, gera problemas entre a riqueza e pobreza na sociedade mundial. A globalização é causada pela modernidade e está associada ao processo de mercado, pois o sistema capitalista promove a modernização da economia com o modo de produção e industrialização (BECK, 2008, p. 29).

Deste modo, Vieira (2013, p. 72) explica que “a globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em escala mundial”. Mas também, ela é associada a processos “sociais, como a criação e expansão de instituições supranacionais e os padrões culturais” (VIEIRA, 2013, p. 73). Consequentemente, a globalização é um processo social, econômico, político, cultural e ético, pois seus efeitos são

transnacionais, tanto no âmbito local quanto global. A ligação da sociedade contemporânea e da globalização do mercado motiva a necessidade de buscar um consenso mínimo entre todos os seres humanos.

A globalização constitui a situação atual da mundialização ocasionada pelo desenvolvimento desenfreado do capitalismo e pelo período de domínio do neoliberalismo econômico. O desenvolvimento dos processos da globalização produziram uma sociedade globalizada e uma economia mundializada, porque a globalização desenvolve uma crise planetária de múltiplos processos, como constitui um colapso global, baseado no avanço desenfreado do capitalismo (MORIN, 2015, p. 2021). A globalização causa crises múltiplas e variadas em escala planetária. Também, ela é um processo que afeta a pobreza mundial, o sistema econômico e financeiro mundial e a destruição ambiental global.

A globalização significa também: negação do Estado mundial. Mais precisamente: sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial. Está se disseminando um capitalismo global desorganizado, pois não há poder hegemônico ou regime internacional econômico ou político (BECK, 1999, p. 33).

A economia mundial gera a individualização, em consequência, o Estado mundial perde o poder hegemônico e político, pois a globalização econômica causa a individualização da sociedade e o colapso da modernidade (BECK, 2008, p. 29). A globalização é um fator de ameaça global, pois o Estado perde o poder hegemônico o domínio econômico e político pelo sistema capitalista.

Ainda, o capital financeiro mundial, que produz a globalização, agrava a crise social, econômica, política, ambiental e ecológica. Ele conduz a exploração dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente e ecológica em todo o mundo. A exploração dos recursos naturais ocasiona malefício no capital natural, em benefício do capital financeiro, em escala planetária.

O capital financeiro é caracterizado pela acumulação de riqueza e pela compra e venda de mercadorias, também ele é um sistema de controle social e econômico. A impossibilidade de humanização do sistema regido pelo capital se dá porque sua característica é a produção de desigualdades e injustiças, por meio da concentração e acumulação de riqueza. Entretanto, a possibilidade de humanização da economia se dá

porque sua característica é a produção de igualdades e justiça, por meio da ampliação de riqueza e distribuição de renda.

Portanto, o aumento da riqueza global e o agravamento da pobreza e das desigualdades constituem importantes características da vida econômica contemporânea. Enquanto os lucros se multiplicam para a minoria, os prejuízos aumentam para a maioria das pessoas. Essas desigualdades socioeconômicas implicam a incapacidade do mercado de garantir a conexão social. A economia humanista pode ser um novo caminho para uma nova ordem econômica, como também, deve ser conseguida no aspecto social e ambiental por meio da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

5 CONCLUSÃO

O objeto do artigo propôs questionar a possibilidade de humanizar a atividade econômica, baseado na relação mútua da natureza, sociedade e economia e na interação recíproca da atividade humana e econômica.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa demonstrou a importância da sustentabilidade e o destino da humanidade; o futuro das presentes e futuras gerações diante das consequências do colapso mundial social, econômica, política, ambiental e ecológica, tanto no âmbito local e quanto global.

Também, a pesquisa evidenciou que o capital natural é um novo sistema industrial e econômico baseado no novo valor do capitalismo; que o valor dos recursos naturais e dos serviços do ecossistema ante a atividade econômica.

O ser humano como ser vivo e ser social, assim como a própria sociedade deve buscar uma nova concepção de economia, com prioridade no ser humano. A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável exigem a utilização do capital natural, humano e social, e que o capital assumam a posição de meio, ao invés de posição de fim, com prioridade no capitalismo.

Por fim, comprovou que a humanização da economia é um caminho para uma nova ordem econômica, baseado na ligação do ser humano ou sociedade e da natureza ou biosfera; na interação mútua da atividade humana e da atividade econômica.

6 REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **¿Qué es la globalización?** Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Barcelona: Paidós, 2008.

_____. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Título original: Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización.

BERMEJO, Roberto. **La gran transición hacia la sostenibilidad:** principios y estrategias de economía sostenible. Madrid: Catarata, 2005.

BERNARDIN, Pascal. **O império ecológico:** ou a subversão da ecologia pelo globalismo. Tradução de Diogo Chiuso e Felipe Lesage. Campinas: Vide Editorial, 2015. Título original: L'empire écologique: ou la subversion de l'écologie par le mondialisme.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 17-41.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade:** o que é: o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Ethos mundial:** um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheemberg. São Paulo: Cultrix, 2006. Título original: The web of life: a new scientific understanding of living systems.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa.** Tradução de Cláudia Sant' Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Sonia Aparecida de. **A governança da política nacional de recursos naturais: a (in)sustentabilidade do caso brasileiro de reflorestamento paralelo Brasil e Espanha.** Tese de Doutorado (Curso de Doutorado em Ciência Jurídica) Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Itajaí, SC: UNIVALI, 2017. 331 p.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. **O mito moderno da natureza intocada.** 6. ed. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB – USP/CEC, 2008.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso:** ou progresso como ideologia. São Paulo: UNESP, 2006.

- FRANCISCO, Papa. **Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.
- FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- GUILHERME, Márcia Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica global e local**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 2007. Título original: Natural Capitalism: Creating the next industrial revolution.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Título original: Conocimiento del medio ambiente: sostenibilidad, racionalidad, complejidad, poder.
- _____. **Discursos sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010. Título original: Discursos sustentables.
- MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade contra as cordas: a luta da sociedade global pela sustentabilidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- MARÉCHAL, Jean-Paul. **Humanizar a economia**. Tradução de Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. Título original: Humaniser L'Économie.
- MORIN, Edgar. **A via: para o futuro da humanidade**. 2. ed. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.
- OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do Direito**. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. Título original: La nature hors la loi.
- PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.
- PLATA, Miguel Moreno. **Génesis, evolución y tendencias del paradigma del desarrollo sostenible**. México: Miguel Ángel Porrúa, 2010.
- RIBEIRO, Maurício Andrés. **Meio ambiente e evolução humana**. São Paulo: Senac, 2013.

RIFKIN, Jeremy. **La civilización empática:** la carrera hacia una conciencia global en un mundo en crisis. Madrid: Paidós, 2010.

_____. **A terceira revolução industrial:** como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo. São Paulo: Makron Books Editora, 2012.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **Sustentabilidade em questão:** economia, sociedade e meio ambiente. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SAAVEDRA, Fernando Estenssoro. **Historia del debate ambiental en la política mundial 1945-1992:** la perspectiva latinoamericana. Chile: Instituto de Estudios Avanzados; Universidad Santiago de Chile, 2014.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. 2. ed. São Paulo: Senac, 2010.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

WALDMAN, Maurício. **Meio ambiente e antropologia.** Coordenação de José de Ávila Aguiar Coimbra. São Paulo: Senac, 2006.